

EVOLUÇÃO DAS ESTRUTURAS DOMÉSTICAS

Sofia Aboim

Resumo Partindo do conceito de agregado doméstico proposto por Laslett em 1972, este artigo tem como objectivo estabelecer, através da análise dos censos de 1960, 1991 e 2001, as principais linhas de evolução das formas de organização da vida familiar no Portugal dos últimos 40 anos. Sofrendo o impacte da modernização da sociedade portuguesa, a vida familiar regista algumas mudanças assinaláveis. Salienta-se a diminuição da dimensão média da família e o aumento dos agregados de pessoas sós ou o decréscimo dos agregados numerosos e das famílias complexas. Por outro lado, como reflexo provável da descida e adiamento da fecundidade, do aumento do divórcio ou do envelhecimento populacional, diminuem as famílias de casal com filhos e aumentam as de casal sem filhos e as monoparentais.

Palavras-chave Agregado doméstico, família, modernização, diversidade regional

Mais abrangente do que a noção de família, definida pela existência de laços de sangue ou de aliança, o conceito de “agregado doméstico” designa o grupo elementar de solidariedade quotidiana, tendo como base um critério de co-residência entre indivíduos, que implica quer a partilha do mesmo tecto (critério locacional),¹ quer a partilha de recursos e mesmo de actividades (critério funcional). Na maior parte dos casos estruturado em função de laços de parentesco, o grupo de co-residência abrange também as situações em que estes não estão presentes, como é o caso das pessoas que vivem sós ou unidas por outros vínculos que não os do sangue ou da aliança. De acordo com a definição proposta pelos historiadores da família (Laslett, 1972), o grupo ou agregado de co-residência pode ser identificado a partir da sua estrutura doméstica, havendo não só que definir o tipo de laço que existe entre os vários membros do agregado (laços de consanguinidade, de aliança, de trabalho, de afinidade, etc.), mas também o tipo e o número de núcleos familiares que constituem o grupo: este pode conter no seu interior apenas um núcleo familiar (uma família simples), que pode ser conjugal (um casal com ou sem filhos)

1 A tipologia que aqui utilizamos segue a proposta de classificação de Laslett (1972), que estabelece cinco categorias principais de agregado: I) agregados domésticos de pessoas sós; II) agregados domésticos de várias pessoas sem estrutura conjugal; III) agregados domésticos de famílias simples (casais sem filhos, casais com filhos, pessoas a viver com filhos); IV) agregados domésticos de famílias simples alargadas (famílias simples a viver com outras pessoas); e V) agregados domésticos de famílias múltiplas (duas ou mais famílias simples a viver no mesmo alojamento).

ou monoparental (um pai ou uma mãe com filhos), ou pode comportar ainda, para além do núcleo, outras pessoas, tratando-se assim de uma família alargada, ou mesmo outros núcleos, formando-se então uma família múltipla. Nestes dois últimos casos, o grupo doméstico é complexo.

O conceito de agregado doméstico, ao eleger como critério base a co-residência, constitui, por conseguinte, uma ferramenta indispensável para identificar as diferentes formas de organização da vida privada, coincidam estas, ou não, com a existência de uma família nuclear ou de um grupo de parentesco. A pluralidade de “formas de co-residir”, tanto no passado como no presente, ao ultrapassar os limites colocados à noção de família, pode assim ser mais facilmente identificada. Afinal, o aumento das pessoas sós e de unidades domésticas não familiares que se tem verificado em muitos países ocidentais (Roussel, 1986) torna evidente a descoincidência, muitas vezes existente no quadro da vida privada, entre formas de co-residência quotidiana e formas familiares em sentido estrito.

Ao procurarmos estabelecer as principais linhas de evolução das formas de organização da vida familiar no Portugal das últimas décadas, partimos assim do agregado doméstico co-residente enquanto unidade de análise, tentando identificar linhas de continuidade e de transformação no desenho das estruturas domésticas, em face dos profundos movimentos de transformação de que tem sido palco a sociedade portuguesa (Almeida e outros, 1998). De facto, acentuando mudanças que já se desenhavam desde antes, a década de 1990 foi marcada por um compasso rápido de modernização da vida familiar, visível na crescente informalização da conjugalidade, na descolagem entre casamento e parentalidade, no aumento do divórcio e das famílias recompostas, ou ainda no aumento continuado da taxa de actividade feminina e na diminuição da taxa de natalidade. Algumas das evoluções verificadas no último decénio são, sem dúvida, espectaculares. No âmbito dos comportamentos conjugais, destacam-se o aumento da coabitação (que duplicou entre 1991 e 2001, passando neste último ano a abranger 6,9% dos núcleos de casal) e o decréscimo da nupcialidade (que passou de 7,3 em 1991 para 5,7 em 2001), bem como o aumento da taxa de divórcio (indicador que quase duplicou passando de 1,0 em 1991 para 1,8 em 2001) e das recomposições familiares (que constituíram já 11,8% do total de casamentos realizados em 2001). Em matéria de fecundidade e parentalidade sobressai o aumento dos nascimentos fora do casamento (que passaram de 15,6% em 1991 para 23,8% em 2001), o aumento da idade média ao nascimento do primeiro filho (que passou de 24,3 para 26,1 no caso das mulheres e de 26,2 para 27,7 no caso dos homens) ou ainda a diminuição do número de filhos por mulher (o índice sintético de fecundidade passou de 1,6 em 1991 para 1,5 em 2001). A par destas mudanças nos comportamentos demográficos, que atestam a proliferação de novas formas de organizar a vida conjugal e familiar, é ainda de relevar o aumento da taxa de actividade feminina, que passou de 53% em 1991 para 65% em 2001.

Terão tido estas transformações, tão profundas ao nível dos comportamentos demográficos e dos papéis de género, algum impacto na vida doméstica das famílias e dos indivíduos? Ter-se-ão alterado a dimensão e os tipos de agregado doméstico predominantes em Portugal?

Notas metodológicas

Importa, relativamente à tipologia de agregados domésticos, descrever brevemente as formas de classificação para cada um dos anos em análise.

Relativamente a 1960, Karin Wall (em Almeida e outros, 1998: 49), seguindo a metodologia proposta por Rowland (1997), identificou quatro categorias de agregados domésticos: as “pessoas isoladas” (grupo correspondente à categoria I de Laslett), as “outras pessoas aparentadas” (grupo correspondente à categoria II), os “casais sem filhos, casais com filhos sem outros parentes e pessoas com filhos sem outros parentes” (grupos correspondentes à categoria III), e os “casais sem filhos e outros parentes, casais com filhos com outros parentes e pessoas com filhos e outros parentes” (grupos correspondentes às categorias IV e V).

No que respeita aos recenseamentos de 1991 e de 2001, o reagrupamento das categorias utilizadas pelo INE na classificação dos “tipos de família clássica” visou igualmente a correspondência com a tipologia de agregados domésticos proposta por Laslett e Hammel, tendo sido seguidos os seguintes critérios: a categoria I da classificação que utilizamos corresponde à categoria “famílias com uma só pessoa” proposta pelo INE; a categoria II (“várias pessoas sem estrutura conjugal ou parental”) integra os vários tipos de famílias sem núcleo conjugal ou parental (“pessoas aparentadas”, “pessoas aparentadas e/ou não aparentadas”; “avô com netos” e “avó com netos”); a categoria III (“agregados de famílias simples”) corresponde às famílias de “casal sem filhos sem outras pessoas”, “casal com filhos sem outras pessoas” e “pai ou mãe com filhos sem outras pessoas”; a categoria IV (“agregados de famílias alargadas”) corresponde às famílias de “casal sem filhos com outras pessoas”, “casal com filhos com outras pessoas”, “pai/mãe com filhos com outras pessoas” e “avós com netos com ou sem outras pessoas”; a categoria V (“agregados de famílias múltiplas”) corresponde às “famílias com 2, 3 e mais núcleos”. As duas primeiras categorias (“pessoas sós” e “agregados de várias pessoas”) constituem a grande categoria de “agregados domésticos sem núcleo familiar”, uma vez que não existe qualquer núcleo conjugal ou parental; e as duas últimas categorias (agregados de famílias complexas”, que implicam a partilha de alojamento, alimentação e rendimentos entre todos os co-residentes; caso contrário, apesar de o alojamento ser comum, os hóspedes ou outros indivíduos não aparentados que vivam na casa serão considerados à parte, como um agregado de pessoa só. Ressalve-se que, no caso de se tratar de parentes, estes são sempre considerados “dentro da família”, mesmo que não haja uma economia comum. Refira-se ainda que o facto de terem sido consideradas como “alargadas” algumas situações em que as pessoas co-residentes com o núcleo familiar principal não são com ele aparentadas, leva, tanto em 1991 como em 2001, a que estas famílias estejam ligeiramente sobre-representadas, pois na verdade, seguindo rigorosamente os critérios propostos pelo Grupo de Cambridge, dever-se-ia fazer a distinção entre famílias alargadas (que incluiriam somente pessoas aparentadas) e famílias aumentadas (que incluiriam apenas pessoas não aparentadas).

Muito embora as classificações seguidas nos recenseamentos de 1991 e de 2001 sejam bastante próximas, por comparação com a de 1960, existem algumas diferenças a ressaltar no que respeita aos agregados de famílias monoparentais. Em 1991 estas integravam apenas as mães/pais a viver com filhos solteiros, passando em 2001 a incluir todos as mães e pais que vivem com filhos casados, separados/divorciados e viúvos (que não tenham cônjuge a viver na mesma residência), critério que sobreavalia ligeiramente esta categoria por relação a 1991.

A análise da evolução recente das estruturas domésticas, recorrendo aos dados disponíveis nos recenseamentos da população, permitir-nos-á encontrar algumas respostas para estas questões e elaborar um retrato das principais formas de

Quadro 1 Evolução das estruturas domésticas em Portugal (valores absolutos e percentagem)

Agregados domésticos	Ano		
	1960	1991	2001
Número de agregados domésticos	2356982	3147286	3650757
População residente a viver em famílias clássicas	8777167	9808449	10255526
Dimensão média dos agregados domésticos	3,8	3,1	2,8
Percentagem de agregados com mais de cinco pessoas	17,1	6,6	3,3
<i>Principais tipos de agregado doméstico</i>			
Agregados domésticos sem núcleo familiar	16,4	16,6	19,5 ¹
• pessoas sós ²	11,5	12,4	15,5
• várias pessoas (sem estrutura conjugal) ²	4,9	4,2	4,0
Agregados domésticos de famílias simples	68,2	69,5	70,1
• casal sem filhos	14,8	20,0	22,0
• casal com filhos	47,5	43,9	41,1
• monoparentais (sub-total)	5,9	5,6	7,0
<i>pai com filhos</i>	-	0,8	0,9
<i>mãe com filhos</i>	-	4,8	6,0
Agregados domésticos de famílias complexas	15,4 ³	13,9	10,4
• alargados	-	10,0	7,3
• múltiplos	-	3,9	3,1
Total Portugal	100,0	100,0	100,0

Notas: 1) Devido aos critérios de classificação das pessoas sós utilizados nos recenseamentos de 1991 e de 2001, existe alguma sobreavaliação deste grupo em ambos os momentos censitários. Por exemplo, de acordo com o censo de 2001, a percentagem total de pessoas sós é de 17,3%, mas, se considerarmos apenas as pessoas que realmente vivem sós num alojamento, esta percentagem desce para 15,5%, sendo os restantes 1,8% casos referentes a agregados de duas ou mais pessoas independentes que partilham o mesmo alojamento. Nesta óptica os agregados de várias pessoas passam a representar 4% dos agregados domésticos, ao invés dos 2,2% apontados pelo INE. Esta distinção é, contudo, apenas possível quando se trata, como neste caso, dos totais de agregados domésticos; quando se trata de um cruzamento entre tipo de agregado doméstico e outra variável ou de dados relativos à distribuição da população residente por tipo de agregado doméstico, fazer esta distinção, a partir dos dados brutos do INE já não é possível. 2) Note-se que a definição de casal é a de casal heterossexual, abrangendo os indivíduos que se relacionem, de direito ou de facto, como marido e mulher. 3) Os censos de 1960 não permitem decompor os agregados complexos em alargados e múltiplos.

Fonte: INE, Censos 1960, 1991 e 2001.

co-residência doméstica. Com efeito, o conceito de “família clássica”, utilizado nos recenseamentos (de 1960, 1991 e 2001) tem também como base um critério de co-residência e de partilha de uma economia comum, correspondendo assim, *grosso modo*, ao de agregado doméstico, pelo que é possível aqui apresentar uma classificação elaborada de acordo com os termos propostos por Laslett (1972) (quadro 1).²

Numa leitura imediata dos dados, podemos, desde logo, perceber que a vida doméstica das famílias é uma área em que o reforço da modernização nos comportamentos privados não deixou de se reflectir, havendo, assim, que apontar alguns importantes sinais de mudança no que respeita aos “arranjos domésticos” que reúnem, sob o mesmo tecto, um conjunto de indivíduos. Menos espectaculares

2 Apenas nos é possível comparar dados relativos aos anos mencionados.

do que as mudanças demográficas, as transformações ocorridas na estrutura dos agregados domésticos ao longo dos últimos 40 anos são, no entanto, suficientemente evidentes, delineando com clareza algumas tendências em que ressaltam quatro movimentos principais.

Verificamos, em primeiro lugar, que os agregados domésticos são hoje significativamente mais pequenos do que eram em 1960, passando a dimensão média da família, de 3,8 indivíduos nesta data, para 3,1, em 1991, e para apenas 2,8, em 2001. Por seu lado, a percentagem de agregados domésticos com mais de cinco pessoas diminuiu também exponencialmente, representando, em 2001, somente 3,3% dos agregados, ou seja, metade do que atingia em 1991 e um quinto do que representava em 1960. Estes indicadores simples chegariam, a nosso ver, para atestar a linha de continuidade na consolidação do processo de privatização da vida familiar, pois é indubitável a tendência para a diminuição do número de pessoas por agregado doméstico, decrescendo, por conseguinte, o peso numérico do “grupo de co-residência” na organização da vida familiar e doméstica.

Um segundo aspecto importante destaca o aumento das pessoas sós, movimento que terá, entre 1991 e 2001, prosseguido a um ritmo ainda mais rápido do que aquele que mediou entre o início da década de 1960 e o princípio dos anos 90: note-se que o aumento proporcional de agregados de pessoas sós na estrutura dos agregados domésticos foi, nestes 30 anos, menor (0,9%) do que o que ocorreu nos últimos dez anos (3,1%). Com efeito, o incremento dos agregados de pessoas sós, apesar de ainda bastante distante do que se efectiva noutros contextos, marcou a década de 1990, tendo sido acrescidamente significativo na população jovem (masculina e feminina) dos 20 aos 29 anos: note-se que, enquanto neste grupo etário se verificou, entre 1991 e 2001, um aumento real de 124%, no grupo dos idosos (mais de 64 anos) a variação positiva foi apenas de 35% (ver quadro 3).³ Tal desenvolvimento pode assim atribuir-se, não só ao progressivo envelhecimento da população portuguesa, mas também, sobretudo entre as camadas mais jovens, a novos quadros de individualização presentes na arquitectura da vida familiar e doméstica.

A par deste reforço, humilde mas continuado, da “individualização”, assistimos a algum decréscimo do formato mais típico de família nuclear (o casal com filhos). Ainda que a maioria dos agregados domésticos continuem, em 2001, a encaixar-se sob este rótulo, são agora os casais sem filhos e as famílias monoparentais que registam variações positivas, face a 1991; o envelhecimento populacional, o adiamento da maternidade e o aumento do divórcio firmam assim as fundações explicativas para esses desenvolvimentos. Conclui-se portanto que, apesar de as famílias simples serem predominantes, tanto no presente como no passado, registando-se,

3 Note-se que (segundo dados do Eurostat, *European Labour Force Survey*, 1999) Portugal tem, conjuntamente com a Espanha, a mais baixa percentagem de população a viver em agregados de pessoa só. Em 1999 este valor não ultrapassava os 5%, quando a média europeia era já de 12%. Em contrapartida, Portugal, ainda a par da Espanha, é o país da União Europeia com maior percentagem de pessoas a viver em agregados numerosos (três ou mais adultos com crianças dependentes): 20% da população vive neste tipo de agregados, quando a média dos quinze não ultrapassa os 11%.

neste grupo, entre 1960 e 2001, não mais do que uma pequena variação positiva de 2%, a sua composição regista variações não negligenciáveis. Reforça-se continuamente o peso dos casais sem filhos e avista-se a tendência, neste último decénio, para o aumento das famílias simples de pai ou mãe com filhos, por contrapartida à diminuição dos casais com filhos.

Finalmente, os agregados complexos, que continuam, em 2001, a ser comparativamente numerosos no nosso contexto, ao decaírem significativamente corroboram os movimentos de nuclearização e de individualização que, lenta mas progressivamente, têm vindo a reestruturar a vida familiar em Portugal, e que se acentuaram ao longo dos anos 90. Refira-se, neste seguimento, que enquanto entre 1960 e 1991 se registou um decréscimo de apenas 1,5% neste formato de agregado, entre 1991 e 2001 a descida foi mais substancial (menos 3,5%). A diminuição evidente dos agregados de famílias complexas reflecte a perda de peso das famílias muito numerosas, afirmando a maior autonomia dos núcleos conjugais ou mesmo dos indivíduos, que dispõem hoje, muito provavelmente, de acrescidas possibilidades de independência residencial.

Em resumo, como principais tendências de mudança salienta-se a diminuição da dimensão média da família, a par com o aumento dos agregados de pessoas sós e com o decréscimo dos agregados numerosos e das famílias complexas, movimento que muito se acentuou na década de 1990. Por outro lado, alterou-se a composição interna das famílias simples, formato predominante de organização da co-residência e da família, como reflexo provável da descida e adiamento da fecundidade, do aumento do divórcio ou do envelhecimento populacional. Diminuem, assim, as famílias de casal com filhos e aumentam as de casal sem filhos e as monoparentais.

Dinâmicas regionais: diversidade e mudança

O tema das estruturas domésticas tem estado, histórica e teoricamente, na base dos modelos explicativos da diferenciação regional que se operava em Portugal. Ao norte, onde havia proporções elevadas de famílias complexas,⁴ contrapunha-se a maior nuclearização do sul do país, sendo estas duas regiões apresentadas, do ponto de vista dos sistemas familiares, como mundos contrastantes na relação estabelecida entre formas de produção e formas de organização familiar. Se uma lógica centrada na casa, na auto-suficiência, na herança da terra, propiciava a

4 Associada à sociedade rural camponesa do Minho estava a existência de um sistema de família-tronco, característico do noroeste português, como propunha, por exemplo, Le Play e alguns seguidores seus (Descamps, Poinard). Esta forma de organização familiar e doméstica era necessariamente complexa e multigeracional, centrada na "casa" e na reprodução de um património garante de continuidade e auto-suficiência, opondo-se à família nuclear, mais comum no sul do país. Ver a este respeito Rowland (1997), Bandeira (1996), Wall (1998).

co-residência de mais de uma geração sob o signo do patriarca da família, o salaríato, ao separar o trabalho da unidade familiar, permitiria a neolocalidade como padrão de residência dos jovens casais, por “libertá-los” de lógicas de reprodução familiar camponesas. Ainda que esta divisão fosse excessivamente ideal-típica, como comprovam alguns estudos (Wall, 1998), e houvesse, antes, uma multiplicidade de formas e de estratégias familiares vinculadas a várias causas sociais e permeáveis ao efeito da mudança, é certo que a diferenciação norte/sul sempre se evidenciou a respeito das maneiras como se organiza a co-residência, mantendo-se, entre 1960 e 1991, alguns contrastes regionais de referência, visíveis na dimensão média da família ou na proporção de famílias complexas, mais elevadas a norte do que a sul (Almeida e outros, 1998).⁵

Serão estes contrastes ainda perceptíveis em 2001 ou terá havido mudanças de fundo no tracejado da diversidade regional em matéria de organização doméstica?

Através da análise, ao nível regional (NUT III), do formato das estruturas domésticas, conseguimos obter perfis regionais de dinâmicas de transformação ocorridas entre 1991 e 2001 (quadro 2 e figura 1), tendo encontrado quadros diferenciados de organização da vida familiar, que, de facto, delineiam algumas fronteiras no interior do país, consoante o maior ou menor peso de agregados de pessoas sós, de famílias simples ou de famílias complexas.⁶

Num primeiro grupo destacam-se, ainda em 2001, as elevadas proporções de agregados complexos. Muito embora estes tenham vindo, ao longo dos anos 90, a decrescer significativamente a favor do aumento de famílias simples de casais sem filhos, continuam, nalgumas regiões do país, tal como acontecia no início da década, a manter-se em níveis consideravelmente acima da média. Nesta configuração, constituída por regiões tradicionalmente caracterizadas por um grande número de agregados complexos (Minho-Lima, Cávado, Baixo-Vouga, Dão-Lafões, Açores e Madeira), a permanência da complexidade doméstica, apesar do incremento da nuclearização, é o traço de identificação mais importante.

5 Wall constatou esta realidade com base numa análise do percurso de várias classes sociais ligadas à agricultura no Baixo-Minho. Olhando para a complexidade familiar no passado, concluiu que esta não obedecia a um padrão uniforme estruturado pela família-tronco, mas era claramente perpassada por lógicas de classe. A família-tronco era estruturante apenas no caso dos lavradores abastados, ao passo que, entre os camponeses pobres e o proletariado agrícola, as razões para a complexidade doméstica eram de natureza diversa. Os primeiros vinculando-se a uma ideia de auxílio mútuo e os segundos a estratégias mais centradas na necessidade. Nos anos 80, verificou a persistência de formas familiares complexas. A semi-industrialização, a interpenetração da cidade e do campo dão lugar a estratégias igualmente vinculadas a lógicas de classe. Nuns casos o objectivo destas formas de co-residência era o de juntar recursos para aumentar ou reproduzir o património, noutros, socialmente mais desprovidos, a “ajuda funcional” entre familiares é o fundamental.

6 A identificação dos diferentes perfis foi conseguida através de uma análise da variação regional dos principais tipos de agregados domésticos. Num primeiro momento, construiu-se uma base de dados ao nível das NUT III, perfazendo assim um total de 30 casos, para os quais se indicaram dados, de 1991 e 2001, relativos à estrutura dos agregados domésticos. Num segundo momento, procedeu-se a uma análise hierárquica de *clusters* que nos permitiu agrupar as 30 regiões de acordo com critérios de proximidade entre os vários indicadores.

Um segundo grupo, em que a dimensão média da família é também bastante elevada, constituído por regiões situadas a norte — Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga —, destaca, no contexto do país, as mais elevadas percentagens de famílias simples de casais com filhos (mais de 50% dos agregados domésticos), tendo a complexidade, já em 1991 menos elevada do que nas regiões do grupo anterior, descido para níveis pouco acima da média global. A proporção de pessoas sós ou de núcleos monoparentais continua a encontrar-se abaixo da média nacional, sobressaindo, antes, a elevada conjugalização das formas de organização familiar.

Uma terceira grande dinâmica agrupa regiões cujos perfis obedecem a maiores variações do que os primeiros, alinhando toda a faixa litoral do país, desde Coimbra ao Algarve, passando pela Grande Lisboa e anexando ainda, a norte, o Grande Porto. Estas várias regiões, que constituem afinal o litoral urbanizado do país, têm vindo a aproximar-se nalguns traços importantes da evolução 1991-2001: apesar das diferenças que continuam a separar, por exemplo, o Grande Porto, hoje bastante nuclearizado por comparação com 1991, de uma Grande Lisboa, onde as pessoas sós e as famílias monoparentais surgem sobre-representadas, o recorte de um movimento de progressiva aproximação entre a maioria das regiões urbanas do litoral é a tendência que ressalta neste último decénio. Em todas as que aqui se incluem, houve, *grosso modo*, um aumento significativo das pessoas sós (quase sempre acima dos 4,0%), das famílias monoparentais e também, embora menos, dos casais sem filhos, a par de uma diminuição das percentagens de famílias simples de casais com filhos e de agregados de famílias complexas, situando-se estes últimos em valores normalmente abaixo da média nacional (como acontecia já em 1991 na maioria destas regiões). Quer dizer: apesar das diferenças no formato das estruturas domésticas entre Lisboa ou o Algarve e o Porto ou Coimbra, evidencia-se uma tendência comum para o crescimento de agregados unipessoais ou monoparentais em detrimento, nomeadamente, das formas conjugais. O sentido das mudanças que se operaram desde 1991 aparece com destaque nos grandes pólos urbanos do país, assinalando na Grande Lisboa o carregar das tendências de modernização que já existiam há dez anos, e referenciando o Grande Porto como uma das regiões que maiores transformações sofreu ao longo dos anos 90, tornando-se uma “ilha” no contexto nortenho (note-se, por exemplo, que a diminuição do peso percentual dos agregados complexos entre 1991 e 2001 foi a mais elevada do país, atingindo uma quebra de 5,6%).

Entretanto, devemos ainda referenciar os movimentos de mudança que se estabelecem preferencialmente na faixa interior do país, assinalando os contrastes que, de algum modo, se estabelecem entre as regiões litorais e as regiões interiores. Abrangendo as regiões do Alentejo interior, uma dinâmica de aumento das pessoas sós (cuja percentagem já era bastante elevada em 1991) e das famílias monoparentais, a par de uma diminuição global das famílias simples conjugais (com e sem filhos), acentua a erosão da estrutura conjugal na organização da co-residência, fenómenos muito provavelmente ligados ao envelhecimento da população. Dinâmica semelhante estende-se na direcção do interior centro e norte, ressaltando de modo idêntico o aumento dos agregados de pessoa só, sempre cerca de 1/5 do total de agregados domésticos (em concomitância, refira-se, com a diminuição dos

Quadro 2 Diversidade regional e evolução dos principais tipos de agregados domésticos, 2001 e 1991 (percentagem)

Evolução	Regiões	1991								2001							
		Agregados domésticos										Agregados domésticos					
		DMF	VP	PSOS	FS				FC	DMF	VP	PSOS	FS				FC
T	CSF				CCF	M	T	CSF					CCF	M			
	Portugal	3,1	3,0	13,6	69,4	20,0	43,9	5,6	13,9	2,8	2,2	17,3	70,1	22,0	41,1	7,0	10,4
Manutenção de complexidade elevada e aumento de casais sem filhos	Minho-Lima	3,3	4,2	13,6	61,3	17,2	36,7	7,4	20,9	3,0	2,7	15,8	64,3	20,3	36,8	7,2	17,2
	Cávado	3,8	3,0	8,6	70,4	12,1	51,7	6,6	18,0	3,3	2,1	10,6	72,7	14,8	50,9	6,9	14,7
	Baixo Vouga	3,3	2,6	11,3	68,2	19,0	43,9	5,3	17,9	3,0	1,7	13,8	70,8	21,8	42,7	6,4	13,7
	Dão-Lafões	3,2	3,2	14,1	64,8	20,5	38,9	5,5	17,9	2,9	2,0	16,6	68,6	23,7	39,1	5,8	12,9
	Açores	3,7	3,5	10,8	65,1	16,1	43,9	5,1	20,5	3,3	2,3	13,8	68,1	16,5	44,7	6,8	15,8
	Madeira	3,8	4,7	11,1	62,9	12,2	42,7	8,0	21,2	3,3	3,6	13,9	66,3	14,3	42,7	9,3	16,2
Decréscimo da complexidade e manutenção de proporção elevada de casais com filhos	Ave	3,7	2,2	6,8	76,0	13,7	56,3	6,0	14,9	3,2	1,6	8,7	77,6	17,3	54,0	6,3	12,1
	Tâmega	3,7	2,3	8,5	75,6	14,3	55,9	5,4	13,5	3,3	1,5	9,3	77,7	16,9	54,9	6,0	11,4
	Entre Douro e Vouga	3,5	2,3	7,6	73,1	16,2	51,7	5,2	17,1	3,1	1,5	10,0	76,6	20,3	50,3	6,0	11,9
Aumento das pessoas sós, dos casais sem filhos e das monoparentais e diminuição dos casais com filhos e da complexidade	Grande Porto	3,3	3,1	10,8	69,4	16,0	47,5	5,9	16,6	2,9	2,2	15,1	71,7	19,7	44,5	7,5	11,0
	Baixo Mondego	2,9	2,8	14,8	68,6	22,0	41,3	5,2	13,8	2,7	1,9	18,7	68,0	23,0	38,5	6,5	11,4
	Pinhal Litoral	3,1	1,9	12,1	76,3	21,7	48,9	5,8	9,7	2,7	1,2	18,4	74,3	24,5	43,6	6,2	6,1
	Oeste	3,0	2,1	13,9	72,1	23,7	43,8	4,6	11,9	2,7	1,6	17,3	72,0	25,3	40,8	5,9	9,1
	Grande Lisboa	2,9	4,0	16,7	66,8	19,5	41,1	6,2	12,5	2,6	3,1	22,2	65,9	21,7	35,8	8,4	8,7
	Península de Setúbal	3,0	2,4	12,1	73,7	20,8	47,6	5,3	11,8	2,7	2,2	17,3	71,7	23,7	40,6	7,3	8,8
	Médio Tejo	2,9	2,2	15,6	71,7	25,6	41,3	4,9	10,5	2,7	1,5	18,9	72,1	26,1	39,8	6,2	7,5
	Lezíria do Tejo	2,9	2,1	14,2	71,7	26,4	41,2	4,1	12,1	2,6	1,4	18,9	71,0	26,9	38,2	5,8	8,8
	Algarve	2,9	2,9	16,0	67,1	24,6	37,9	4,7	14,0	2,6	2,6	21,0	66,2	24,4	34,9	6,9	10,2
	Alentejo Litoral	2,8	2,5	16,4	70,7	25,3	40,8	4,6	10,4	2,6	1,8	21,0	68,5	26,2	36,0	6,3	8,7
Aumento das pessoas sós e das famílias monoparentais; diminuição das famílias simples	Alto Alentejo	2,7	2,4	17,8	71,2	29,1	38,1	4,0	8,5	2,6	1,5	20,7	70,8	28,7	36,3	5,7	7,0
	Alentejo Central	2,8	2,6	15,8	71,5	27,0	40,2	4,4	10,1	2,6	1,5	20,0	71,1	26,4	38,8	5,9	7,4
	Baixo Alentejo	2,8	3,0	16,7	67,5	25,0	38,1	4,3	12,8	2,6	2,0	20,7	67,8	24,9	36,9	6,0	9,4
Aumento das pessoas sós; manutenção das percentagens de agregados conjugais e de famílias monoparentais	Douro	3,1	3,0	16,0	68,7	20,5	42,3	5,8	12,4	2,8	2,0	18,3	68,8	22,8	39,8	6,3	10,9
	Alto Trás-os-Montes	3,1	3,4	15,7	66,3	21,2	39,5	5,6	14,6	2,7	2,1	19,5	67,3	25,5	35,4	6,4	11,1
	Pinhal Interior Norte	2,8	2,8	17,3	66,8	26,5	35,8	4,5	13,1	2,7	1,7	19,4	69,4	27,3	36,3	5,7	9,5
	Pinhal Interior Sul	2,8	2,6	18,6	66,4	30,2	31,2	5,0	12,4	2,6	1,9	22,0	66,5	29,7	30,8	6,0	9,7
	Serra da Estrela	2,9	3,0	17,2	67,0	23,4	38,3	5,2	12,9	2,7	1,8	19,8	69,2	26,1	37,0	6,1	9,3
	Beira Interior-Norte	2,7	2,8	19,6	69,3	27,2	37,2	4,9	8,3	2,6	1,7	22,0	69,8	28,2	36,3	5,4	6,4
	Beira Interior-Sul	2,6	2,4	19,7	70,2	31,7	34,3	4,2	7,7	2,5	1,5	22,3	70,4	30,9	34,2	5,3	5,7
	Cova da Beira	2,8	2,5	16,6	72,7	24,9	42,2	5,6	8,3	2,6	1,6	19,3	72,7	25,9	40,4	6,4	6,4

Legenda: (DMF) dimensão média da família; (VP) agregados de várias pessoas sem estrutura conjugal; (PSOS) agregados de pessoas sós; (FS) agregados de família simples; (T) total de famílias simples; (CSF) famílias simples de casal sem filhos; (CCF) famílias simples de casal com filhos; (M) famílias simples de pai/mãe com filhos; (FC) agregados de família complexa.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

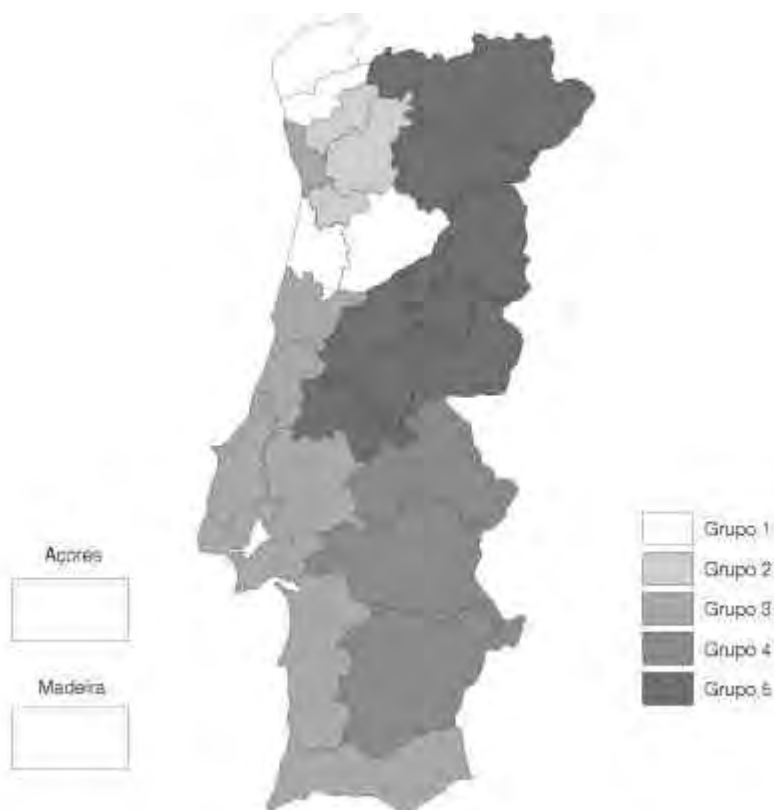


Figura 1 Dinâmicas regionais das estruturas domésticas em Portugal, 1991-2001

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

agregados sem estrutura conjugal). Entretanto, ao contrário do que acontece nas regiões do Alentejo, as proporções de famílias simples de casal sem filhos ou de pai/mãe com filhos tenderam para uma certa estabilidade, não se verificando aumentos ou recuos muito significativos, mas antes movimentos moldados por uma certa permanência.

O mapa das estruturas domésticas apresenta assim vários padrões internos, que resumem três grandes linhas de diferenciação: mais complexidade e mais conjugalização da vida doméstica na faixa litoral a norte de Coimbra (com excepção do Grande Porto) e nas ilhas; mais pessoas sós, mais famílias monoparentais e menos casais com filhos na área litoral de Coimbra ao Algarve e no Grande Porto, afirmando-se um crescente declínio de estruturas complexas ou muito conjugalizadas; e sobretudo mais pessoas sós no interior do país, atestando uma certa ausência de dinamismo das estruturas domésticas, crescentemente afectadas pelo envelhecimento da população. Permanecendo o conjunto das famílias simples relativamente estável no tempo, as mutações a que assistimos no

período em análise adquirem, entretanto, espessura em função de dois movimentos principais: a diminuição da complexidade doméstica e o aumento das pessoas sós.⁷

No entanto, do ponto de vista da evolução da diferenciação regional ao longo dos últimos dez anos, pessoas sós e famílias complexas sofreram movimentos de certa forma inversos: enquanto no primeiro caso se acentuaram os contrastes regionais entre áreas de baixa e de elevada percentagem de agregados unipessoais, no segundo (tal, aliás, como aconteceu com as famílias simples de casal com e sem filhos) a evolução foi marcada por um movimento de maior uniformização em relação aos contrastes regionais. Ainda que se mantenham algumas discrepâncias regionais, como tivemos oportunidade de constatar, esses contrastes são hoje, apesar de tudo, menores do que eram em 1991.⁸

Agregados domésticos e população residente

Tendo-se estabelecido como principais linhas de transformação das estruturas domésticas o emagrecimento da dimensão média da família e dos agregados complexos, por um lado, e o aumento das pessoas sós, das famílias simples de casal sem filhos e de pai/mãe com filhos, por outro, resta-nos, finalmente, observar que alterações houve no modo como os indivíduos se distribuem pelos principais tipos de agregado doméstico. Terá afinal a ampliação do grupo das pessoas sós incidido preferencialmente sobre a população idosa? Que tipos de agregado predominarão actualmente entre os jovens? E a complexidade doméstica, terá diminuído sobretudo entre que grupos populacionais?

Se é globalmente certo que, em 2001, há, por comparação com 1991, mais indivíduos a viver em agregados de pessoas sós (mais 1,8%), em famílias simples de casal sem filhos (mais 2,9%) e de mãe com filhos (mais 1,2%), e menos pessoas a viver em agregados de família complexa (menos 4,7%) e em famílias simples de casal com filhos (menos 0,9%), existem, entretanto, perfis consideravelmente diferenciados consoante o grupo etário que se analise (quadro 3). A maneira como

7 Com efeito, a análise da variância inter-regional das estruturas domésticas assinala esta conclusão de um ponto de vista estatístico, pois nos diferentes grupos regionais as diferenças são, em 2001, mais marcadas pela variação das pessoas sós ($F(5,24)=13,65$; $p<0,000$; $Eta^2=0,74$) ou das famílias complexas ($F(5,24)=14,92$; $p<0,000$; $Eta^2=0,76$), do que pela variação dos casais sem filhos ($F(5,24)=10,65$; $p<0,000$; $Eta^2=0,69$), dos casais com filhos ($F(5,24)=7,94$; $p<0,000$; $Eta^2=0,62$), das monoparentais ($F(5,24)=3,78$; $p<0,01$; $Eta^2=0,44$) e do total de famílias simples ($F(5,24)=4,09$; $p<0,01$; $Eta^2=0,46$).

8 A variância associada às médias regionais, em 1991 e em 2001, de cada um destes tipos de agregado, é a seguinte: pessoas sós 1991 (12,4) e 2001 (15,8); famílias simples de casais sem filhos 1991 (28,5) e 2001 (18,9); famílias simples de casais com filhos 1991 (36,3) e 2001 (34,0); famílias simples de pai/mãe com filhos 1991 (0,8) e 2001 (0,7); agregados de famílias complexas 1991 (14,4) e 2001 (9,3).

Quadro 3 Distribuição da população residente por tipo de agregado doméstico, segundo os grupos etários, Portugal, 1991 e 2001 (percentagem)

Tipo de agregado	Grupos etários por ano censitário															
	Total		0-14		15-19		20-29		30-49		50-64		65 e mais		75 e mais	
	1991	2001	1991	2001	1991 ¹	2001 ²	1991 ³	2001 ⁴	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001
Agregados sem núcleo familiar	6,5	7,9	0,6	0,5	1,4	2,3	3,6	7,0	3,5	5,3	8,9	8,4	24,1	23,1	31	29,9
• pessoas sós	4,4	6,2	0,0	0,0	0,2	0,8	1,7	4,3	2,2	4,0	6,1	6,8	18,2	19,7	23,2	25,7
• várias pessoas	2,1	1,8	0,6	0,5	1,2	1,5	1,9	2,7	1,3	1,3	2,8	1,6	5,9	3,4	7,8	4,2
Agregados de famílias simples	71,8	75,1	78,4	81,9	78,0	79,6	72,7	75,5	78,2	80,3	68,3	74,3	50,4	57,3	37,8	45,6
• casal sem filhos	12,8	15,7	0,0	0,0	0,3	0,8	7,9	11,8	5,3	7,2	28,4	29,2	39,0	42,1	30	34,3
• casal com filhos	54,2	53,3	73,8	76,3	69,8	69,7	58,3	56,1	68,5	67,1	35,9	39,8	8,3	10,3	4,2	5,5
• monoparentais (sub-total)	4,8	6,1	4,6	5,7	7,9	9,1	6,5	7,5	4,4	6,0	4,0	5,3	3,1	4,9	3,6	5,8
<i>pai com filhos</i>	0,6	0,8	0,4	0,5	1,0	1,2	0,9	1,0	0,5	0,7	0,6	0,8	0,6	0,8	0,8	1,0
<i>mãe com filhos</i>	4,1	5,3	4,2	5,2	6,9	7,9	5,6	6,5	3,8	5,3	3,4	4,5	2,5	4,1	2,8	4,8
Agregados complexos	21,7	17,0	21,0	17,6	20,6	18,1	23,7	17,5	18,3	14,4	22,8	17,3	25,5	19,6	31,3	24,5
• alargados	14,1	10,8	13,1	10,2	14,9	12,4	13,4	9,8	12,4	9,1	15,0	11,3	18,8	13,9	25,0	19,0
• múltiplos	7,5	6,2	7,9	7,4	5,7	5,7	10,3	7,7	5,8	5,3	7,8	6,0	6,8	5,7	6,3	5,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Notas: 1) 15-17 anos; 2) 15-19 anos; 3) 18-29 anos; 4) 20-29 anos.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

Quadro 4 Distribuição da população residente com mais de 14 anos por tipo de agregado doméstico, segundo o sexo e o grupo etário, Portugal, 1991 e 2001 (percentagem)

Tipo de agregado	Grupos etários, sexo e ano censitário																							
	Total		20-29 anos				30-49 anos				50-64 anos				65 e mais anos		75 e mais anos							
	H		M		H		M		H		M		H		M		H		M					
	1991	2001	1991	2001	1991 ¹	2001 ²	1991 ¹	2001 ²	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001	1991	2001				
Agregados sem núcleo familiar	5,1	7,1	10,6	11,5	3,5	7,4	3,6	6,6	3,6	6,2	3,5	4,3	5,5	6,0	11,9	10,6	12,2	12,1	32,6	31,1	17,1	16,5	39,3	38,4
· pessoas sóas	3,4	5,3	7,3	9,2	1,7	4,5	1,7	4,1	2,4	4,7	2,1	3,3	3,9	4,9	8,0	8,5	9,6	10,4	24,4	26,5	13,5	14,4	29,0	32,9
· várias pessoas	1,6	1,7	3,3	2,3	1,8	2,9	2,0	2,5	1,2	1,5	1,4	1,1	1,5	1,1	4,0	2,0	2,6	1,8	8,2	4,6	3,6	2,2	10,3	5,5
Agregados de famílias simples	74,0	77,1	66,7	70,8	72,9	75,2	72,4	75,7	78,6	79,9	77,8	80,7	72,4	77,3	64,8	71,7	65,7	71,3	39,5	47,0	57,4	64,6	25,9	33,5
· casal sem filhos	16,9	19,5	15,3	17,9	7,1	10,5	8,6	13,2	5,3	7,5	5,2	7,0	28,1	28,2	28,7	30,1	51,4	54,4	30,0	33,2	47,9	52,7	19,2	22,6
· casal com filhos	53,5	52,9	45,5	45,3	58,7	56,6	57,9	55,7	71,0	68,2	66,3	66,0	42,7	46,7	29,9	33,5	12,7	14,9	5,2	6,9	7,4	9,3	2,3	3,0
· monoparentais (sub-total)	3,6	4,7	5,9	7,6	7,1	8,2	5,9	6,9	2,3	4,2	6,3	7,8	1,6	2,4	6,2	8,0	1,5	2,0	4,2	7,0	2,1	2,7	4,5	7,8
<i>pai com filhos</i>	1,1	1,4	0,3	0,4	1,0	1,3	0,7	0,8	0,8	1,2	0,3	0,3	1,2	1,5	0,2	0,2	1,5	1,9	0,0	0,0	2,1	2,7	0,0	0,0
<i>mãe com filhos</i>	2,6	3,3	5,6	7,2	6,1	6,9	5,1	6,0	1,5	3,0	6,1	7,4	0,4	0,9	6,0	7,7	0,0	0,1	4,2	7,0	0,0	0,0	4,5	7,8
Agregados complexos	20,9	15,9	22,7	17,7	23,5	17,4	23,9	17,6	17,8	13,9	18,7	14,9	22,2	16,7	23,3	17,8	22,2	16,6	27,9	21,9	25,5	18,8	34,8	28,2
· alargados	13,4	9,9	15,4	11,7	13,6	10,1	13,2	9,5	12,0	8,7	20,5	12,8	14,3	10,7	15,7	11,7	14,0	10,0	22,1	16,8	17,4	12,0	29,6	23,5
· múltiplos	7,6	6,0	7,3	6,0	9,9	7,2	10,7	8,1	5,8	5,2	5,8	5,5	7,9	5,9	7,7	6,0	8,1	6,6	5,8	5,0	8,1	6,9	5,2	4,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Notas: 1) 18-29 anos; 2) 20-29 anos.

Fonte: INE, Censos 1991 e 2001.

evoluíram as formas de organização da vida privada depende muitíssimo da fase etária em que se está, correspondendo as transformações que mais marcadamente se verificaram às etapas de passagem para a vida adulta e de retirada da vida activa, ou seja, duas épocas de transição importantes no percurso individual, que implicam normalmente reconfigurações significativas dos quadros de vida.

Com efeito, encontramos, entre o grupo etário dos 20 aos 29 anos, mais jovens a viver em agregados de pessoas sós e mesmo de várias pessoas sem estrutura conjugal, por um lado, e mais jovens em famílias de casal sem filhos, por outro. Em contrapartida, encontra-se diminuída a proporção de jovens a viver em casal com filhos (menos 2,2%) e a percentagem dos que vivem em agregados complexos (menos 6,2%). Estes movimentos assinalam duas tendências relevantes: o fabrico de uma maior individualização entre os jovens, que passam, hoje mais frequentemente do que antes, a viver a sós ou em grupos de várias pessoas, seja durante a fase de estudante, seja durante os primeiros anos da vida activa; e o incremento da autonomia residencial dos jovens casais, que começam em maior número a viver segundo um padrão neolocal, ao mesmo tempo que tendem a adiar para mais tarde a entrada na parentalidade.

Por seu lado, entre a população com 65 e mais anos, verificamos principalmente um aumento da proporção de indivíduos a viver em famílias simples (de casal sem filhos, de casal com filhos e de mãe com filhos), em detrimento de uma inclusão em agregados complexos. A nuclearização da vida familiar da população idosa é assim, neste período de dez anos, um movimento de traço mais carregado do que aquele que o aumento das pessoas sós delinea. Embora seja a população muito idosa (a partir dos 75 anos) a que mais vive em família complexa, o crescimento dos agregados unipessoais foi mais acelerado neste grupo etário, identificando o isolamento como um fenómeno em expansão no fim da vida. Em resumo, uma certa juvenilização dos agregados sem estrutura conjugal (pessoas sós, várias pessoas) e o incremento da nuclearização, quer nos jovens, quer nos idosos, configuram movimentos de transformação importantes nos modos de vida familiar e doméstica.

Estas mudanças obedecem, contudo, a padrões diferenciados segundo o género (quadro 4), perpetuando-se em 2001 as diferenças já existentes em 1991. Apesar de o aumento de indivíduos a viver sós ou em casal sem filhos, bem como a diminuição daqueles que vivem em agregados de família complexa ou em casal com filhos se verificar em idênticas proporções, tanto nos homens como nas mulheres, a diferente organização da vida familiar continua a configurar padrões de género diferenciados. São afinal as mulheres quem mais continua a viver só e quem menos vive em agregados conjugais, por comparação com os homens. No entanto, a semelhança verificada no movimento de evolução da distribuição da população masculina e feminina por tipos de agregado doméstico nos últimos dez anos indicia mais uma manutenção do que um acentuar das diferenças entre géneros.

Uma outra constatação reside no facto de estes padrões de género se irem diferenciando progressivamente ao longo da vida, sendo bastante mais próximos entre os jovens do que entre os idosos. Enquanto que, entre os primeiros, existem

actualmente apenas pequenas diferenças, uma a favor dos homens no que respeita aos agregados sem núcleo familiar (que, aliás, se construiu ao longo dos anos 90) e outra a favor das mulheres no tocante às famílias conjugais (sem filhos), no grupo dos mais idosos as diferenças de género ganham uma relevância muito acrescida, não havendo muitas alterações a relatar no período entre 1991 e 2001. As mulheres que vivem em agregados de pessoas sós ou de várias pessoas são cerca de o dobro dos homens na mesma situação, acontecendo precisamente o inverso quando se trata de famílias simples de casal com e sem filhos. Aqui, os homens são quase o dobro das mulheres, verificando-se que, em 2001, 71,3% da população masculina com 65 e mais anos vive em agregados de família simples, contra apenas 47% das mulheres. Por seu lado, enquanto que mais de 1/4 das idosas vive só, somente 1/10 da população masculina da mesma faixa etária vive em equivalente situação. Em virtude da fraca conjugalização das formas domésticas femininas, são também as mulheres idosas quem mais frequentemente vive em agregado complexo, sobretudo quando se trata de uma família alargada (em que um núcleo familiar co-reside com um parente), indiciando assim a existência de situações de acolhimento residencial e apoio prestado às mulheres idosas.⁹

Em resumo, no actual cenário das formas familiares e domésticas, as diferenças entre modos de co-residência, estabelecidas consoante as idades da vida e consoante o género dos indivíduos (este último vincado sobretudo à medida que a idade vai avançando), tal como em 1991, permanecem claramente sinalizadas. Apesar de ter havido um movimento de reforço da nuclearização das estruturas domésticas em que vivem os idosos e um aumento dos agregados sem núcleo familiar entre a população jovem, continua a ser entre os primeiros, com acentuado destaque para as mulheres, que encontramos as maiores percentagens de pessoas sós e de agregados de várias pessoas sem núcleo conjugal. É ainda entre a população idosa e entre a população jovem que se encontram as proporções mais significativas de indivíduos a viver em agregados de família complexa (mais alargados entre os primeiros, mais múltiplos entre os segundos), associando-se este formato doméstico a fases da vida que podem convocar maior necessidade de ajuda: o apoio para a instalação na vida adulta e o apoio à velhice.¹⁰ É, portanto, no pico da conjugalidade com filhos, que se situa entre os 30 e os 49 anos, intervalo etário que podemos chamar de período de nuclearização conjugal (muito embora

9 A este respeito convém lembrar que a população idosa se encontra grandemente feminizada: com mais de 64 anos existem, em 2001, 942.258 mulheres a viver em família clássica, contra apenas 689.835 homens.

10 Esta interpretação é secundada por dados de um inquérito realizado em 1999 a famílias de casal com filhos em idade escolar, em que se procurou reconstituir as trajectórias domésticas do casal ao longo do seu percurso de vida. Observou-se, por exemplo, que muitos casais começaram a vida a dois permanecendo nomeadamente em casa dos pais ou dos sogros, até conseguirem arranjar uma casa própria, havendo uma maior incidência de agregados domésticos complexos nessa fase de instalação conjugal. Constatou-se também que no momento de vida actual dos casais inquiridos (que têm em média 16 anos de vida em comum) as causas para a co-residência complexa tendem a ser outras: o apoio na doença, velhice ou solidão de ascendentes (pai/mãe; sogro/sogra) são razões que muitas vezes surgem na base das estratégias domésticas dos casais. A este respeito, ver Wall (org.) (no prelo).

seja neste grupo etário que as famílias monoparentais mais aumentaram entre 1991 e 2001), que a família complexa adquiere menos expressão. A conjugalidade sem filhos aparece, por conseguinte, associada a grupos jovens, que ainda não entraram na fase parental, e a grupos mais idosos, cujos filhos já saíram de casa, havendo, nestas faixas etárias, como vimos, um aumento expressivo da percentagem de população a viver em famílias simples de casal sem filhos.

Notas finais

À laia de conclusão, parece-nos terem cabimento duas pequenas notas, a propósito dos movimentos de modernização que ao longo das últimas décadas foram paulatinamente transformando o formato das estruturas domésticas. As maneiras como hoje se organiza a vida privada não são exactamente as mesmas de 1991, e muito menos as de 1960, vindo a constatar-se, no presente, os efeitos das transformações operadas nas dinâmicas da conjugalidade e da parentalidade, com a crescente informalização dos comportamentos, o aumento do divórcio e da recomposição familiar, o adiamento da chegada dos filhos ou mesmo da idade de entrada na vida a dois. Impacte tem ainda a produção de melhores condições para a expressão da autonomia individual (aumento da escolaridade ou da profissionalização feminina) e da independência residencial face aos parentes (por exemplo, com as melhores condições de acesso à habitação para os jovens, que se verificaram na década de 1990).

Num olhar global sobre o país, tomam forma, a um ritmo declaradamente mais veloz nos anos 90, movimentos de nuclearização e de individualização das estruturas domésticas, que ganham peso à medida do enfraquecimento da dimensão média da família, contrapondo-se à larga percentagem de famílias numerosas e de agregados complexos que se vislumbrava, no passado, em 1960.

Por um lado, falamos de nuclearização, porque as unidades conjugais ganharam mais independência residencial, tanto entre os casais jovens como entre os idosos (que seriam talvez os que antes acolhiam os primeiros), havendo um crescimento proporcional das famílias simples de casal, que aumentam o seu peso na estrutura actual dos agregados domésticos.¹¹ O aumento da esperança de vida e da idade média de entrada na parentalidade concorrem para que este movimento de nuclearização seja organizado em torno dos casais sem filhos, já que são estes que mais ascensão registaram no interior do grupo das famílias simples. Mesmo mais do que as famílias monoparentais, que também aumentaram nos últimos dez anos.

Por outro lado, falamos de individualização das estruturas domésticas em

11 Este aumento é, aliás, patente também quando se olha para os números absolutos: a taxa de variação 1991-2001 das famílias simples de casal sem filhos é de 27,9%, e a relativa aos casais com filhos é de 8,7%.

duas vertentes distintas: a dos jovens e a dos idosos. No primeiro caso, o crescimento das proporções de jovens a viver sós ou em agregados de várias pessoas pode ser simultaneamente explicado pelo aumento da escolaridade, que pode promover a saída de casa dos pais para se ir estudar para uma universidade situada noutra local e retarda a entrada na vida activa, e pelo adiamento da vida conjugal para fases mais avançadas do curso de vida. Trata-se aqui de um movimento de independência juvenil que assenta no reforço de formas de autonomia individual. No segundo caso, estamos em face do isolamento dos idosos, população que tende a diminuir a sua inclusão em formas familiares e domésticas complexas e a ficar mais frequentemente a sós, constituindo este facto, apesar das conotações negativas de que frequentemente se reveste, também um sinal do acréscimo de individualização na organização da vida privada. O grupo alargado de parentes serve menos vezes como unidade de acolhimento dos idosos do que antes costumava acontecer, perdendo peso (efectivo e simbólico) na produção das dinâmicas residenciais.

Num quadro de mudança que reforça os agregados unipessoais e os conjugais (sem filhos) em detrimento dos formatos complexos, é assim nos grupos etários de entrada e de saída na vida adulta activa que encontramos um movimento mais notório de transformação. Entre os jovens esbatem-se actualmente as diferenças de género no que respeita à maneira como se reside: em 2001 são, por exemplo, relativamente semelhantes as proporções de rapazes ou de raparigas a viver em agregados de pessoa só. Entre os idosos, pelo contrário, o isolamento tem género feminino. Por seu lado, o período activo da vida é dominado pela vivência em casal com filhos, denotando a importância desta forma familiar no contexto português, mesmo num cenário em que a monoparentalidade tende a aumentar.

Num olhar mais minucioso, os movimentos de transformação a que aludimos assumem, entretanto, padrões regionais específicos, pintando algumas fronteiras no interior do país, que se caracteriza por uma certa heterogeneidade. A complexidade doméstica ainda se mantém elevada nas ilhas e nalgumas regiões do norte e centro; a norte, o enclave regional formado pelo Ave, Tâmega e Entre Douro e Vouga apresenta as estruturas mais conjugalizadas do país; o litoral centro e sul e o Grande Porto revelam um crescente declínio de estruturas complexas ou muito conjugalizadas, abrindo campo para o aumento das pessoas sós e das famílias monoparentais; o interior do país é dominado por uma clara sobre-representação de pessoas sós, fenómeno que convive com uma estabilidade relativa das estruturas domésticas, que se mantêm com níveis baixos de complexidade e de conjugalização. Entretanto, os termos dos contrastes regionais adquiriram, na actualidade, novas nuances: o Grande Porto tornou-se uma ilha a norte do país, desafiando as tradicionais oposições entre o norte e o sul, que são, hoje, mais legíveis quando entre-meadas pelas diferenças entre as áreas urbanizadas do litoral e o interior do país.

Referências bibliográficas

- Almeida, A. N., M. D. Guerreiro, C. Lobo, A. Torres, e K. Wall (1998), "Relações familiares: mudança e diversidade", em J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.
- Bandeira, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*, coleção Análise Social, Lisboa, ICS, INCM.
- Laslett, P. (1972), "Introduction: the history of the family", em P. Laslett e P. Wall (orgs.), *Household and Family in Past Time*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-89.
- Roussel, L. (1986), "Évolution récente de la structure des ménages dans quelques pays industriels", *Population*, 6, pp. 913-933.
- Rowland, R. (1997), *População, Família, Sociedade: Portugal, Séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta Editora.
- Wall, K. (1998), *Famílias no Campo*, Lisboa, D. Quixote.
- Wall, K. (org.) (no prelo), *Famílias no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, ICS-UL.

Sofia Aboim. Investigadora associada júnior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; doutoranda no ISCTE. *E-mail*: sofia.aboim@ics.ul.pt